

RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.082 - ES (2014/0198000-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**
PROCURADOR : **SANDRO VIEIRA DE MORAES E OUTRO(S) - ES006725**
RECORRIDO : **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
AGRAVANTE : **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
PROCURADOR : **ADRIANO FRISSE RABELO E OUTRO(S) - ES006944**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**
ADVOGADO : **SANDRO VIEIRA DE MORAES E OUTRO(S) - ES006725**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. ARGUMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL UTILIZADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. COMPETÊNCIA DO STF. COMPENSAÇÃO POR EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. ROYALTIES. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. REPASSE DO ESTADO AO MUNICÍPIO. OBRIGAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Estado do Espírito Santo contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da impossibilidade de análise dos fundamentos de natureza eminentemente constitucional nos quais o acórdão recorrido está alicerçado e incidência da Súmula 284 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 353-354):

CONSTITUCIONAL - PROCESSO CIVIL - COMPENSAÇÃO POR EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ROYALTIES - PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE REPASSE - LEI INFRACONSTITUCIONAL - NÃO REVOGAÇÃO - OBRIGAÇÃO DO ESTADO DE PROCEDER COM O CÁLCULO E REPASSE.

1. Conforme decidido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, a disposição legal insculpida na Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9.478/1997) que determina os percentuais e o repasse das verbas compensatórias pela exploração do petróleo competindo ao Estado a transferência dos recursos previstos constitucionalmente.

3. Não cabe ao Estado a retenção ou a pretensão de compensação dos valores recebidos destinados ao repasse aos Municípios a título de royalties do petróleo, haja vista tratar-se de receita originária derivada de direito subjetivo previsto constitucionalmente.

Embargos de declaração rejeitados.

O agravante alega violação dos artigos 1º do Decreto n. 20.910/1.932, 48 da Lei n. 9.478/1.997 e 7º e 9º da Lei n. 7.990/1.989, sob os seguintes argumentos: (a) ocorrência de prescrição, pois "não sendo o caso de "valores previstos constitucionalmente como receitas

originárias dos entes previstos no §1º do art. 20 da Constituição Federal", impõe-se a aplicação da regra geral de prescrição quinquenal em prol da fazenda pública" (fl. 392); (b) não existe para o Estado recorrente o dever de efetuar a transferência dos royalties postulados pelo Município em razão da exploração de petróleo e gás natural, pois "o art. 9º da Lei n.º 7.990/89 não possui eficácia técnica, não tendo o condão de fazer incidir o dever do Estado de efetuar o repasse aos Municípios das verbas por ele auferidas em razão do art. 48 da Lei n.º 9.478 (com o conteúdo do art. 27 da Lei nº 2.004/53)" (fl. 406).

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registra-se que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

No que concerne à prescrição, verifica-se que o acórdão recorrido baseia-se em fundamentos de natureza eminentemente constitucional. Em consequência, não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na CF/88, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Tendo o Tribunal local dirimido a questão de fundo com base em fundamentação eminentemente constitucional, evidencia-se a inviabilidade do manejo do recurso especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1668006/ES, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 20/9/2018).

Quanto à obrigação do Estado em efetuar a transferência dos *royalties* postulados pelo Município em razão da exploração de petróleo e gás natural, o acórdão recorrido assim se manifestou (fls. 353-354):

"Conforme decidido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, a disposição legal insculpida na Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9.478/1997) que determina os percentuais e o repasse das verbas compensatórias pela exploração do petróleo competindo ao Estado a transferência dos recursos previstos constitucionalmente".

O acórdão recorrido não destoa do entendimento desta Corte, segundo o qual deve-se entender que, não obstante a revogação da referida Lei n. 2.004/53 pelo art. 83 da mesma Lei n. 9.478/97, os critérios de repassamento dos royalties continuam tendo validade,

pois esta era a intenção do legislador ao fazer referência à Lei n. 7.990/89. De acordo com o art. 9º da Lei n. 7.990, de 1989, deve o Estado recebedor dos referidos royalties repassar, mensalmente, a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, ao município onde tal ocorreu, o montante de 25% (vinte e cinco por cento)." (REsp 990.695/ES, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 1/3/2011, DJe 6/3/2012).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E FINANCEIRO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ROYALTIES DOS RECURSOS NATURAIS. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. REPASSE DO ESTADO AO MUNICÍPIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem negou provimento à pretensão do Município ora recorrente sob o fundamento de que o artigo 9º da Lei 7.990/1989 teve a sua eficácia normativa esvaziada.

2. Realizando uma interpretação sistemática da legislação de regência dos royalties verifica-se que não obstante a Lei 2.004/1953 encontrar-se revogada pelo artigo 83 da Lei 9.478/1997, os critérios de repasse dos royalties previstos na Lei 7.990/1989 encontra-se preservado, pois está foi a intenção do legislador quando na redação original do artigo 48 da Lei 9.478/1997 fez referência expressa aos critérios da Lei 7.990/1989. Trata-se de técnica legislativa, na qual preferiu-se adotar os critérios da Lei e não os artigos da Lei. Nesse sentido: REsp 1.401.940/BA, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 17/09/2015; REsp 990.695/ES, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 06/03/2012.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.600.994/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 13/10/2016)

Incidência, portanto, da Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator